



PARECER JURIDICO

Interessado: Ilmo. Sr. Pregoeiro Oficial.

Assunto: Análise de Processo – Adesão nº 003/2023

MODALIDADE: ADESÃO Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 024/2023

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal Sr. Antonio Ferreira de Oliveira Neto, os autos referentes ao processo de **Adesão nº 003/2023**, que tem por objetivo a contratação de empresa gestora de cartão, especializada na prestação de serviço de gestão total de frotas, com a intermediação e gerenciamento no fornecimento de serviços de manutenção e de peças, com implantação e operação de sistema informatizado de gestão para atender a frota de veículos e máquinas do município de Itaúba/MT, através de Adesão na **Ata de Registro de Preços nº 001/2023** proveniente do **Pregão Eletrônico nº 001/2023** realizado pela Prefeitura Municipal de Colniza/MT, encaminharam a esta Procuradoria municipal para análise e emissão de Parecer Jurídico referentes à minuta do contrato administrativo e ao processo de adesão em epigrafe, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/93.

Constam anexados nos autos os seguintes documentos:

- Portaria nº 002/2022 de 03/01/2022, designando funcionários para compor a equipe responsável por licitação na modalidade PREGÃO, devidamente publicado no Diário Oficial de Contas do TCE/MT.

- Pedido de adesão apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração.

- Cópia do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023 – PREF. MUN. COLNIZA/MT.

- Cópia da Publicação de Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 001/2023 – Mural da Pref.

- Cópia da Publicação de Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 001/2023 D.O.C – TCE.

- Cópia da Publicação de Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 001/2023 Jornal AMM.



PREFEITURA DE

ITAÚBA

www.itauba.mt.gov.br

- Cópia da Publicação do Resultado de Licitação Pregão Eletrônico nº 001/2023 Mural da Pref.

- Cópia da Publicação do Resultado de Licitação Pregão Eletrônico nº 001/2023 D.O.C – TCE.

- Cópia do Termo de Homologação Pregão Eletrônico nº 001/2023.

- Cópia do Termo de Adjudicação Pregão Eletrônico nº 001/2023.

- Cópia da Publicação do Termo de Homologação Pregão Eletrônico nº 001/2023 Jornal AMM.

- Cópia da Publicação do Termo de Adjudicação Pregão Eletrônico nº 001/2023 Jornal AMM.

- Cópia da Ata de Registro de Preços nº 001/2023 - PREF. MUN. COLNIZA/MT.

- Cópia da Publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 001/2023 Mural da Pref.

- Cópia da Publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 001/2023 Jornal AMM.

- Cópia do Ofício nº 095/GP/2023 - Pedido de Autorização p/ a PREF. MUN. COLNIZA/MT.

- Cópia do Ofício nº 096/GP/2023 - Pedido de Autorização p/ a Empresa SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

- Cópia do Ofício s/nº - Autorização da Empresa SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

- Cópia do Ofício nº 123/2023/GABINETE - Autorização da PREF. MUN. COLNIZA/MT.

- Cópia dos Documentos de Comprovação da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica Financeira, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica de Punições/Sanções da Empresa SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

- Minuta do Contrato de Administrativo de Prestação de Serviços;



- Solicitação de Autorização do Prefeito para formalização do processo de Adesão na Ata de Registro de Preços nº 001/2023 proveniente do Pregão Eletrônico nº 01/2023 realizado pela Prefeitura Municipal de Colniza/MT.

- Despacho do Sr. Prefeito para providencias antes da realização do processo de adesão.

- Consulta junto ao Depto. de Contabilidade sobre a existência de recurso orçamentário.

- Resposta do Depto. de Contabilidade manifestando positivamente, bem como indicando as dotações orçamentárias.

- Despacho dos autos do processo de adesão para Procuradoria municipal analisar e emitir parecer jurídico.

Eis o breve relatório.

Feitas as considerações iniciais, passo ao exame de estilo.

O Estatuto das licitações (Lei Federal 8.666/93) prevê, em seu Art. 15, II, que as compras realizadas pela Administração deverão, sempre que possível, ser realizadas mediante o Sistema de Registro de Preços, que representa um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para futuras contratações a serem efetivadas pelo Poder Público. Veja-se:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: [...]

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

§ 3º **O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais,**

observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

Sabe-se que, em âmbito federal, a regulamentação do dispositivo foi levada a efeito através do Decreto nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 9.488/2018 e que o presente município também acompanha tais dispositivos. Tal normativo de regulamentação do Sistema Registro de Preços tem previsão expressa quanto à possibilidade de utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, nos seguintes moldes:



CAPÍTULO IX - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22. Desde que devidamente **justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, **durante sua vigência**, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante **anuência do órgão gerenciador**.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º **Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

~~§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador. (Revogado pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)~~

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às



suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

Diante disso e compulsando os autos, verifico que foram observados todos os requisitos necessários, já que houve consulta ao órgão gerenciador da ata e também na empresa detentora do registro de preços, havendo anuência de ambas as partes. Por sua vez, a ata está em vigência até fevereiro de 2024 e o quantitativo a ser adquirido não ultrapassa o limite de 50% do previsto em ata. Cabe ressaltar também, que há no orçamento vigente a indicação de dotação orçamentária para atender as despesas, bem como, que foram juntados ao processo toda a documentação de comprovação da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica, Qualificação Econômica Financeira, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica de Punições/Sanções da Empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.870.713/0001-20.

Após análise, concluo, que foram atendidas as prescrições legais, não havendo mácula invalidante do presente procedimento administrativo.

Considerando o exposto e a conclusão *retro*, **opino** pela possibilidade de adesão a Adesão na **Ata de Registro de Preços nº 001/2023** proveniente do **Pregão Eletrônico nº 001/2023** realizado pela Prefeitura Municipal de Colniza/MT, devendo-se a administração se atentar para todas as recomendações expostas no dispositivo de regulamentação do processo, especialmente, no que tange ao prazo de 90 (noventa) dias para efetivação da contratação após a autorização dada pela Prefeitura Municipal de Colniza/MT.

Este é parecer, salvo melhor entendimento da autoridade superior.

Itaúba/MT, em 24 de março de 2023.


Wellington P. Costa
Procurador Municipal
WELINGTON PEREIRA DA COSTA
OAB/MT 21.696/O
Procurador Municipal
Portaria Nº. 123/2020